

AVANÇOS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL

ADVANCES AND CHALLENGES OF PUBLIC POLICIES FOR YOUTH AND ADULT EDUCATION (EJA) IN BRAZIL

Josiane Aparecida Machado¹
Rita Cristina Lima Lages²
Rivânia Maria Trotta Sant'ana³

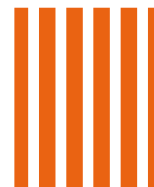
RESUMO: Este estudo analisa os avanços e desafios das pesquisas e das políticas públicas sobre/para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Apesar dos progressos, como o lançamento do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) em 2007, persistem desafios como a qualidade do ensino, a evasão escolar e a falta de estrutura adequada. A EJA desempenha um papel fundamental na inclusão e equalização de oportunidades, porém, para cumprir seu papel de forma eficaz, é necessário compreender os avanços e desafios enfrentados pelas políticas públicas destinadas a essa modalidade. A metodologia se constituiu em revisão bibliográfica sobre políticas públicas para a EJA, analisando documentos e estudos que abordam a evolução e os impactos dessas políticas. Destaca-se a importância de políticas acessíveis, inclusivas e de qualidade, além da capacitação adequada dos professores, para garantir a eficácia das políticas públicas para a EJA e superar os desafios existentes.

Palavras-Chaves: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Políticas Públicas, Inclusão Educacional.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia – Universidade Federal de Ouro Preto.
E-mail: josiane.machado@aluno.ufop.edu.br

² Professora Adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto.
E-mail: rita.lages@ufop.edu.br

³ Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto.
E-mail: rivaniatrotta@ufop.edu.br



ABSTRACT: This study aims to analyze advances and challenges of public policies for Youth and Adult Education (EJA) in Brazil.. Despite progress, such as the launch of the National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Youth and Adult Education Modality (PROEJA) in 2007, challenges such as the quality of teaching, school dropout rates and the lack of adequate structure persist. EJA plays a fundamental role in the inclusion and equalization of opportunities, however, to fulfill its role effectively, it is necessary to understand the advances and challenges faced by the public policies provided for this modality. The methodology consists of a bibliographical review of research related to public policies for EJA, analyzing documents and studies that address the evolution and impacts of these policies. The importance of accessible, inclusive and quality policies is highlighted, in addition to adequate teacher training, to guarantee the effectiveness of public policies for EJA and overcome existing challenges.

Keywords: Youth and Adult Education (EJA), Public Policies, Educational Inclusion

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A produção e a implementação de políticas educacionais desempenharam e desempenham um papel crucial na promoção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. No contexto brasileiro, as políticas educacionais voltadas para essa modalidade têm sido fundamentais na busca por inclusão e equalização de oportunidades educacionais. Desde a Constituição Federal de 1988, que reconhece a EJA como direito, até os programas mais recentes, como a EJA - Mundo do Trabalho, essas políticas refletem a busca por superar desafios históricos, como o analfabetismo e a defasagem escolar, ao conceber a educação como instrumento de transformação social.

Este trabalho com o tema de estudo *Avanços e desafios das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil: resultados de uma pesquisa bibliográfica* se desdobra em dois movimentos principais, os quais foram: realizar uma abordagem dos documentos das políticas públicas educacionais produzidas para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil ao longo de sua implementação; realizar uma revisão bibliográfica sobre pesquisas cujos estudiosos se dedicaram ao estudo de questões relacionadas às políticas públicas mencionadas, com a finalidade de identificar e de analisar os avanços e os desafios nessa modalidade de ensino. Portanto, explora a evolução dessas políticas de modo a destacar seus impactos na EJA, o seu desenvolvimento e as dificuldades persistentes.

Partindo da premissa do direito à educação e do direito à alfabetização de todos, previstos constitucionalmente e em convenções internacionais, bem como do acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade, este trabalho se propôs explorar teorias, estudos e pesquisas relacionados à temática. A partir da metodologia de revisão bibliográfica, foi possível identificar os avanços e desafios na produção e na efetivação das políticas públicas educacionais para o público da EJA. Com os referidos resultados pretendemos, ainda, apresentar reflexões e direções possíveis para a contínua melhoria das práticas educacionais direcionadas à EJA. Ou seja, escrutinar os desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro para aprimorar o acesso e a permanência dos estudantes, a qualidade do ensino e a relevância da educação para esse público específico. Enfim, pretendemos com este trabalho fomentar reflexões com o intuito de contribuir para a construção de teorias que levem em consideração as vivências dos alunos e das alunas da EJA. Assim, por meio de debates e discussões em torno dessa temática, almejamos provocar um olhar social voltado não só para a referida modalidade de ensino mas também para o público diverso que a constitui, contribuindo, assim, para diminuir a invisibilidade desse grupo.

A revisão bibliográfica se constituiu de exploração e análise de teorias, estudos, pesquisas e documentos (legislação educacional), permitindo mapear, classificar, estudar e analisar trabalhos científicos, como livros, capítulos de livros, teses, dissertações e artigos, na intenção de identificar as contribuições desses trabalhos para a compreensão da EJA. Assim, debruçamos no exame de sites, plataformas e portais de cunho científico, como Scielo, Scielo Brasil, Portal de Periódicos da CAPES, repositórios de teses e dissertações de universidades, entre outros.

Podem-se observar avanços significativos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, especialmente no âmbito das políticas públicas. A expansão de programas governamentais, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), lançado em 2007, tem sido notável. Este programa visa integrar a formação técnica e profissional à educação básica, proporcionando aos jovens e adultos uma formação mais abrangente e alinhada às demandas do mercado de trabalho. Essas iniciativas têm contribuído significativamente para a redução do analfabetismo, buscando oferecer oportunidades

educacionais a um público historicamente marginalizado. Torna-se imprescindível ressaltar, entretanto, que restringir a análise exclusivamente ao âmbito das políticas públicas impede a compreensão dos avanços mencionados, uma vez que são necessárias pesquisas no campo das práticas e dos resultados das políticas produzidas. Por isso, a pertinência de um estudo que se dedicou a explorar esses avanços via trabalhos científicos de avaliação dos efeitos das políticas públicas para a EJA.

É possível evidenciar no decorrer de nossas investigações que, mesmo com os avanços significativos nas políticas educacionais, ainda persistem desafios igualmente significativos nesta modalidade, que enfrenta obstáculos, tais como: a qualidade do ensino na EJA, a falta de estrutura e de recursos adequados. Além disso, é notória a necessidade de métodos pedagógicos adaptados à realidade e ao contexto de vida dos alunos adultos. Nesse âmbito, a evasão escolar ainda é uma preocupação muitas vezes relacionada às questões socioeconômicas, o que ressalta ser imprescindível uma abordagem holística, que considere não apenas a sala de aula mas também o entorno social dos aprendizes adultos. Superar esses desafios requer um compromisso contínuo com políticas flexíveis, investimentos consistentes e a promoção de uma abordagem inclusiva e sensível às particularidades desse público específico.

Um histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos continua sendo uma questão relevante nos dias atuais, e várias reflexões podem ser feitas sobre essa modalidade educacional. Muitos jovens e adultos enfrentam barreiras econômicas, sociais e culturais que dificultam o acesso e a permanência na educação. É essencial que as políticas educacionais considerem essas desigualdades e busquem soluções para promover uma educação inclusiva e igualitária.

No Brasil, a EJA realizou um significativo percurso ao longo das últimas décadas, refletindo em transformações nas políticas públicas educacionais do país. Seu histórico é marcado por diversas fases e políticas que buscaram atender às demandas de uma parcela da população que não teve acesso à educação na idade considerada convencional. O país, durante anos, sofreu com o alto índice de pessoas analfabetas, fato que levou, no decorrer dos anos, à criação de vários programas cujo objetivo era diminuir o índice de analfabetismo.

Embora a educação no Brasil tenha iniciado no período colonial, a partir dos Jesuítas, que foram os primeiros alfabetizadores, o analfabetismo se estendeu durante quatro séculos. Nesse período, negros, indígenas e mulheres estavam sob o poder do povo branco cristão alfabetizado, do sexo masculino; contexto no qual a educação ocorria de forma seletiva e excludente. Essa situação se manteve assim até a elite perceber que, para aumentar o número de eleitores, era necessário criar projetos para solucionar o analfabetismo, visto, a partir de então, como um problema. Em meados do século XX, foram aprovados projetos de lei, os quais destacaram a obrigatoriedade da Educação de Jovens e Adultos.

Em 1925, com a Reforma João Luiz Alves, o ensino noturno para jovens e adultos iniciou-se e, por volta de 1930, deu-se início ao movimento contra o analfabetismo, que tinha por objetivo aumentar o grupo eleitoral bem como atender às necessidades da industrialização. Em 1934 o governo desenvolveu o Plano Nacional de Educação, que estabeleceu como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional (Friedrich *et.al.*, 2010).

Após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil, assim como outros países, passou por mudanças significativas em diversos setores, incluindo o educacional. Durante esse período, o governo federal implementou diversas campanhas de alfabetização, principalmente para a população que vivia no campo, como parte de esforços para promover o desenvolvimento econômico e social. Algumas dessas iniciativas foram influenciadas por movimentos internacionais e pela necessidade de lidar com as altas taxas de analfabetismo. A EJA, nesse período, ofertava o ensino primário e, em 1960, começou a ofertar o ginásio.

Em 1960, Paulo Freire, renomado educador brasileiro, desenvolveu propostas inovadoras para a alfabetização de jovens e adultos, rompendo com as abordagens tradicionais e propondo um método mais participativo e crítico. Suas ideias foram fundamentais para o desenvolvimento da Educação Popular e influenciaram de modo expressivo o campo da EJA.

Freire propôs um método centrado na conscientização, conhecido como Método Paulo Freire ou Método da Conscientização. Para ele, a alfabetização não deveria ser apenas um ato mecânico de decodificação de letras, mas um processo de compreensão crítica da realidade. Seu método enfatizava o diálogo entre educador e educando, integrando o contexto social e cultural dos alunos no processo de aprendizagem. Nesse viés, as palavras geradoras, retiradas do

universo vocabular dos alunos, eram utilizadas para tornar a aprendizagem mais significativa e conectada à realidade dos aprendizes. Sua proposta incluía a problematização, ou seja, a análise crítica das condições de vida dos educandos. A ideia era que, ao relacionar a alfabetização com a compreensão das questões sociais, os educandos se tornariam agentes ativos na transformação de suas próprias realidades.

Paulo Freire defendia a "alfabetização geradora", na qual os educandos não apenas aprendiam a ler e escrever, mas também se capacitavam para refletir criticamente sobre o mundo ao seu redor. Assim, o educador e filósofo brasileiro concebia a educação como uma prática de liberdade, na medida em que rejeitava os métodos autoritários e visava à promoção da autonomia e à participação dos educandos no processo educacional.

Nesse período, muitas experiências de educação popular se espalharam pelo país, como: o Movimento de Educação de Base (MEB), desenvolvido pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o qual teve como objetivo principal promover a educação popular, especialmente a alfabetização de jovens e adultos, integrando-se à realidade social e cultural das comunidades; os Centros Populares de Cultura (CPCs), desenvolvidos pela União Nacional dos Estudantes (UNE), os quais tinham como objetivo promover a cultura popular, buscando estimular e engajar a participação da população em atividades que fomentassem a consciência crítica; e o início da execução do Plano Nacional de Alfabetização (PNA) pelo governo federal, de janeiro a abril de 1964, com a implantação de programas baseados na proposta de Paulo Freire, que vinculava a problemática educacional às questões econômicas e sociais do país.

Com o regime militar, as inovações propostas por Freire foram suspensas, e o governo deu início ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), movimento que durou dezoito anos e não conseguiu alcançar a erradicação do analfabetismo no Brasil, uma vez que se tratava de uma proposta de alfabetização funcional, já que o tecnicismo era o centro da proposta educacional do país naquele momento.

O MOBRAL enfrentou críticas significativas devido à ausência de garantias de continuidade nos estudos, além de sugerir que, em 1967, qualquer pessoa poderia lecionar no âmbito do referido programa. A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 5692/71), o programa entrou em declínio, uma vez que essa legislação deu início ao

ensino supletivo, que teve um de seus capítulos destinado à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em 1985, quando se iniciou a Nova República, foi criada a Fundação EDUCAR (Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos), cuja responsabilidade era oferecer educação pública, gratuita e de qualidade do 1º ano aos jovens e adultos.

Políticas públicas para a EJA desde a Constituição de 1988: documentos legislativos

Em 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira, importantes avanços para a Educação, os quais estabeleceram o direito de todos à educação, inclusive, dos jovens e adultos, contribuíram para o fortalecimento da EJA. O artigo 208 da Constituição traz que: *“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;”*, sendo elucidativo quando explicita que o acesso educacional é um direito de todos, ademais daqueles que foram impossibilitados de estudar na “idade própria”, entre outros motivos, por precisarem trabalhar durante o dia, não podendo frequentar escolas durante o período diurno, enfatizando, portanto, a necessidade de haver um ensino noturno, inclusivo e de qualidade.

Em 1996, a Lei nº 9.394/96, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, trouxe novas perspectivas para a EJA: reconheceu a modalidade como parte integrante da educação básica e integrou uma mudança conceitual sobre a EJA. Soares (2002, p. 12), conforme citado por Vasques *et al.*, (2019) faz uma análise sobre essa mudança conceitual:

A mudança de “ensino supletivo” para “Educação de Jovens e Adultos” não é mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação. (Soares, 2002, p.12, *apud* Vasques *et al.*, 2019)

O Art. 37 da lei citada estabelece o público-alvo da Educação de Jovens e Adultos, indicando que ela se destina àqueles que, por diferentes motivos, não puderam frequentar ou dar continuidade aos estudos na idade regular, o que abrange tanto o ensino fundamental quanto o médio. Em seus incisos, destaca que a EJA deve ser oferecida de forma gratuita e que os sistemas de ensino têm a responsabilidade de garantir oportunidades educacionais adequadas às características específicas do público que constitui essa modalidade. Isso inclui considerar interesses, condições de vida e de trabalho dos estudantes adultos, oferecer cursos e exames apropriados para atender às suas demandas. O documento destaca ainda a importância de ações integradas e complementares para facilitar o acesso e a permanência dos trabalhadores na escola. Nesse sentido, o poder público tem o papel de criar condições necessárias para que os adultos que trabalham possam conciliar suas responsabilidades profissionais com os estudos.

Além disso, é destacada a importância da oferta de ensino noturno regular para jovens e adultos no ensino fundamental, tendo em vista que muitos desses estudantes podem ter compromissos diurnos, como trabalho, e, portanto, beneficiam-se de opções de estudo no período noturno. Nessa perspectiva, faz-se necessário um atendimento individualizado, que reconheça as peculiaridades e as trajetórias de aprendizagem dos alunos adultos.

Nesse contexto, destaca-se a relevância de integrar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) à educação profissional, uma vez que muitos adultos procuram a educação como um meio de desenvolvimento profissional. É essencial que essa integração seja sensível à diversidade e às características dos estudantes adultos, atrelada a currículos e metodologias de ensino flexíveis para atender às suas particularidades. É reconhecido que os adultos podem ter diversas experiências de vida e modos de aprendizagem.

Nos anos 2000, foram criados o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) com a finalidade de aproximar a educação profissional da EJA.

Já em 2002 foi criado, por meio da Portaria 2.270 do Ministério da Educação, o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), caracterizado

como um “instrumento de avaliação para aferição de competências e habilidades de jovens e adultos em níveis do Ensino Fundamental e do Ensino Médio” (INEP/MEC, 2002, Artigo 2).

Em 2003, foi lançado pelo governo brasileiro o Programa Brasil Alfabetizado, cujo objetivo foi combater o analfabetismo, integrando esforços de diferentes setores da sociedade para promover a alfabetização de jovens e adultos.

Logo, em 2004 com o intuito de diminuir a separação entre a alfabetização e a educação básica de adultos, de modo que a modalidade EJA ganhasse maior destaque na agenda do Ministério da Educação, foi criada a Secretaria de Alfabetização e Diversidade (SECAD), responsável, a partir de então, pela política de educação de jovens e adultos.

A partir de 2007, foi implementado o ProJovem, que tinha como foco os jovens de 18 a 29 anos que não haviam concluído o ensino fundamental, a fim de abarcar formação escolar, profissional e ações de participação cidadã.

Durante o ano de 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabelece metas para a educação brasileira até 2024, incluindo a oferta de educação básica a jovens e adultos. Desse modo, o documento prevê a erradicação do analfabetismo e a oferta de educação para pessoas que não concluíram o ensino fundamental.

Ao longo de 2017, houve a reformulação da Educação de Jovens e Adultos em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo um marco significativo no cenário educacional brasileiro. A BNCC, homologada nesse mesmo ano, estabeleceu diretrizes pedagógicas fundamentais para toda a educação básica, inclusive a EJA, buscando assegurar uma formação sólida e alinhada às exigências da sociedade letrada atual.

Em 2019, o ProJovem foi reformulado e passou a se chamar ProJovem 4.0. A iniciativa buscou adequar o programa às demandas contemporâneas da Educação de Jovens e Adultos.

Além das ações no âmbito nacional, diversas iniciativas estaduais e municipais têm sido implementadas, adaptando-se às necessidades de cada região, como em Minas Gerais, cuja legislação está alinhada com as diretrizes e normativas nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), e as leis e documentos legais que regulamentam a EJA abrangem desde a oferta de cursos de alfabetização até o Ensino Fundamental e Médio, para jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade regular.

Entre as principais legislações e documentos que regem a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Minas Gerais, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei Federal nº 9.394/1996, que define a EJA como uma modalidade de ensino destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram a Educação Básica na idade regular; o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 do Conselho Nacional de Educação (CNE) o qual define as diretrizes curriculares nacionais para a EJA, estabelecendo os princípios, os objetivos e as metodologias adequadas para essa modalidade de ensino; a Resolução CNE/CEB nº 3/2010, a qual dispõe sobre o funcionamento das etapas e modalidades da EJA e define a organização curricular para o Ensino Fundamental e Médio na EJA; o Plano Nacional de Educação (PNE), que é um documento que estabelece metas e estratégias para a educação brasileira, incluindo ações para a expansão e melhoria da EJA em todo o país.

Além desses documentos nacionais, o Estado de Minas Gerais também possui legislações e normativas específicas relacionadas à EJA, as quais visam adequar as políticas educacionais nacionais às demandas locais e regionais, como a Resolução SEE Nº 2.843, de 13 de janeiro de 2016, que “dispõe sobre a organização e o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos/EJA – cursos presenciais, nas escolas da rede pública estadual”.

A história da EJA no Brasil é caracterizada por uma evolução gradual, refletindo mudanças sociais, políticas e econômicas ao longo dos séculos. Desde a chegada dos jesuítas, a modalidade passou por diferentes fases e desafios, todavia a sua importância na promoção da educação inclusiva e equitativa permanece.

Estudos, pesquisas, teorias e conceitos sobre a EJA: resultados e discussões

A primeira etapa da pesquisa consistiu no mapeamento das produções sobre o tema proposto, sendo utilizados descritores como política educacional, educação de jovens e adultos, currículo, BNCC, entre outros. As fontes utilizadas foram: Scielo Brasil (*Scientific Electronic Library*), Revista Brasileira de Educação (RBE), GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Google Acadêmico e sites de universidades que pesquisam sobre o tema.

Por se tratar de uma abordagem qualitativa, na segunda etapa deste trabalho foi realizada a leitura e a análise de pesquisas, utilizando um recorte temporal, de 2019 a 2023, compreendendo que esses anos são suficientes para identificar e analisar os avanços e desafios da EJA, elencados nos trabalhos encontrados.

Como descrito na introdução deste trabalho, iniciamos com uma breve história da EJA no Brasil e, com relação à fundamentação legal, começamos a partir da Constituição de 1988, pelo fato de o texto de Lei da Constituição Brasileira trazer, ainda que na teoria e não na prática, importantes avanços ao estabelecer o direito de todos à educação, incluindo os jovens e os adultos; o que vai se desdobrar, ao longo das décadas que se seguiram, em importantes transformações nas políticas públicas educacionais voltadas para a EJA. A seguir, serão apresentados as análises e os resultados decorrentes dessa investigação.

Neste tópico apresentamos os resultados desta pesquisa, destacando que a mesma é de teor exploratório sobre estudos voltados para a temática apresentada. Para Gil (2007), este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

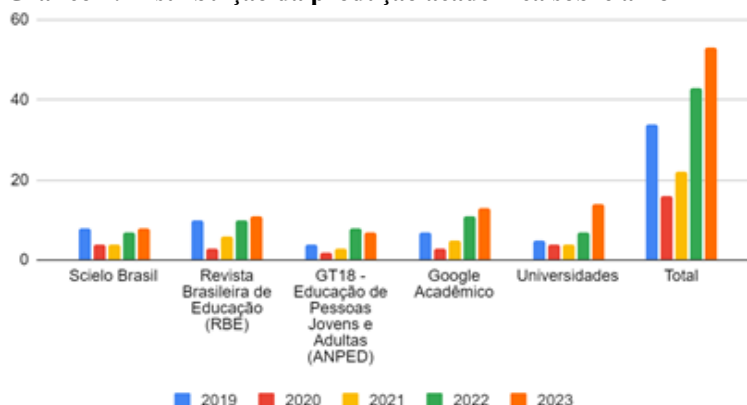
A partir do levantamento de trabalhos que se ocuparam das questões relacionadas à EJA, foram encontrados estudos relacionados às políticas educacionais para a educação de jovens e adultos, os quais tratam dos desafios que são apresentados mediante a implementação dessas políticas. Esses estudos levam em conta como as políticas educacionais para adultos impactam na permanência do aluno na escola, no seu sucesso ou fracasso escolar, na retenção e na integração dos estudantes; além de tratarem também de questões relacionadas à democratização do acesso e à expansão dessa modalidade de ensino.

A partir da análise dos trabalhos realizados sobre a EJA nos anos de 2019 a 2023, vale ressaltar que, até o final do século XX, foram implementadas políticas públicas voltadas para a modalidade, todavia é constatada, em alguns períodos, a descontinuidade das ações do governo que visavam à redução do analfabetismo no Brasil. Já no século XXI, pesquisas registram os avanços e os retrocessos aos quais a EJA vem sendo submetida, realizando discussões e refletindo sobre os caminhos que a modalidade tem percorrido ao longo dos anos.

O gráfico contido na tabela 1 traz um levantamento da quantidade de trabalhos localizados a partir das fontes utilizadas para a pesquisa. É perceptível que o maior número se

encontra no Google Acadêmico e em sites de universidades, seguido pelas revistas voltadas para a Educação. Também se observam quantos trabalhos foram publicados por ano, conforme o recorte temporal estabelecido para esta investigação. Assim, é observada uma redução nas pesquisas sobre o tema entre 2020 e 2021 e um aumento entre 2022 e 2023, como demonstra o gráfico apresentado a seguir:

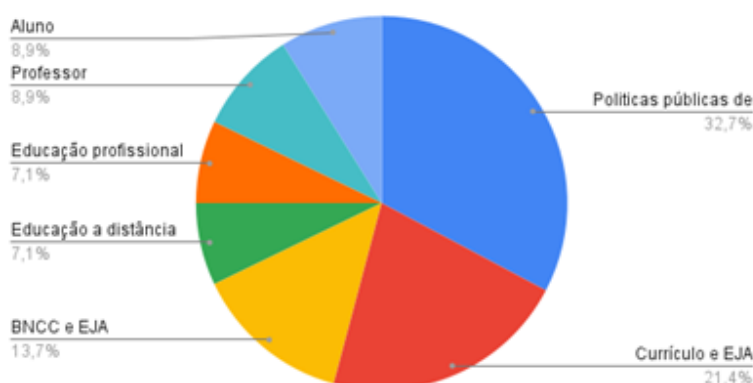
Gráfico 1: Distribuição da produção acadêmica sobre a EJA



Fonte: Elaborado pela autora. 2024.

No gráfico presente na tabela 2, elaborado com o mesmo recorte temporal, mas voltado para a relação dos temas encontrados, observou-se que esses trabalhos não estavam direcionados especificamente para políticas educacionais, mas para outras temáticas importantes no que diz respeito a propostas de melhoria contínua da EJA, presentes em documentos legais, por exemplo, a educação profissional, como podemos observar a seguir:

Gráfico 2 - Relação de temas encontrados no recorte de 2019 a 2023



Fonte: Elaborado pela autora. 2024.

É importante ressaltar que são poucos os trabalhos que tratam do perfil dos alunos que frequentam a EJA. Entretanto, é de extrema importância a realização de estudos e de reflexões voltados para conhecer aqueles que estão à margem de todos os processos que envolvem a educação e são os que mais sofrem com o descaso, com a invisibilidade e com a ausência de tratamento, uma vez que o desmonte da EJA impacta o enfrentamento ao racismo e às desigualdades sociais e educacionais das políticas educacionais envolvendo a modalidade.

Os alunos que frequentam a EJA apresentam uma variedade de perfis em termos de motivações, idades, origens e costumes, embora todos compartilhem o desejo de ter acesso à educação básica, a fim de obterem melhores oportunidades educacionais e profissionais, visando à melhoria de suas condições de vida.

Atualmente, pesquisas apontam uma juvenilização dessa modalidade, ao constatar a mudança no perfil do alunado, uma vez que a EJA passa a atrair predominantemente jovens que continuam dentro da faixa etária considerada adequada para o ensino regular, em vez de adultos que não tiveram a oportunidade de estudar ou precisaram abandonar os estudos por diversos motivos, e que, posteriormente, retornam à escola para completar sua formação.

O estudo realizado por Souza *et. al.* (2021) investiga a participação de jovens na Educação de Jovens e Adultos, ao examinar as razões subjacentes a esse fenômeno e suas implicações para o ambiente educacional. Seu propósito é analisar os motivos que levaram à integração dos jovens na EJA, delineando as causas e os efeitos associados a essa dinâmica. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, fundamentada especialmente em pesquisa de campo. A coleta de dados foi conduzida por meio de questionários semiestruturados, administrados a 27 professores e 37 alunos de escolas públicas em Barreiras e em Salvador, Bahia.

Os resultados revelaram a influência das atividades laborais dos estudantes no seu percurso educacional, os desafios enfrentados para garantir o acesso e a permanência na escola, além do papel crucial da prática pedagógica e da gestão escolar na promoção da inclusão, por meio do diálogo, da qualidade de ensino e da promoção da equidade.

A EJA também apresenta desafios relacionados à elaboração e implementação de currículos adequados para atender às necessidades desse público específico. Abreu *et. al.*,

(2021) no artigo intitulado “O currículo na Educação de Jovens e Adultos: um estado do conhecimento nos periódicos da Educação”, faz uma análise do currículo na Educação de Jovens e Adultos, utilizando-se de artigos científicos publicados em periódicos da área da Educação, no período de 2007 a 2017, os quais trataram desse assunto como objeto de investigação. O autor discute o currículo como um sistema de relações sociais que não apenas determina os conteúdos a serem ensinados, mas também abrange um conjunto complexo de conhecimentos que influenciam concepções sobre o sujeito, a escola e a aprendizagem. Os resultados do levantamento indicam que o currículo pode desempenhar um papel significativo na garantia do acesso e da permanência dos estudantes na EJA, ao mesmo tempo em que pode ser uma das causas de sua exclusão.

A implementação da BNCC também apresenta desafios para a EJA. Frigotto (2017) realiza uma reflexão sobre a Base Nacional Comum Curricular em diálogo com a realidade brasileira e destaca a necessidade de desenvolver documentos orientadores. Nessa perspectiva, ele afirma que:

Discussão da base comum nacional tem muito sentido, para esta nação de um país continental, país-continente, então, é evidente que o estudante do Amapá e o que estuda aqui no Chuí, (*sic*) são brasileiros, então, você tem que ter uma base de ensino fundamental e médio em que qualquer brasileiro tivesse acesso. Esta base pode ter uma diversidade, dado (*sic*) as particularidades, até para fazer uma avaliação nacional você teria que ter essas ênfases. Numa discussão com um colega da Unicamp, ele me disse que seria interessante, por exemplo, na área da literatura que tivesse um clássico mais universal do Brasil e um clássico regional. Vejam, vocês fizeram aqui, agora, a história dos educadores da Região Sul. Do ponto de vista do que entra no currículo nacional, dificilmente entra ali, indo aos extremos, tem sempre São Paulo e Rio de Janeiro, onde se pode projetar mais nacionalmente e em nada tem a ver com a qualidade em questão. É, então, primeiramente a base, qual é a questão, por que pelo avesso? Porque ela vem dentro daquilo que se chama de regime internacional de educação a partir dos anos 1980. É o que vem dos organismos internacionais, especialmente os bancos – o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a UNESCO, que teve uma guinada conservadora muito grande dos anos 1980 para cá; praticamente ela se tornou uma barriga de aluguel destas políticas não geradas por ela, como era até os anos 1970. [...] agora com o que ocorreu com este golpe à democracia no Brasil, são isto: um básico daquilo que é considerado instrumental, as linguagens instrumentais e a matemática etc., diminuir aquilo que universaliza a pessoa (Frigotto, 2017, p. 877).

Carvalho *et. al.*, (2020) no artigo intitulado “*Trajetória, avanços e perspectivas da EJA frente à BNCC*”, abordam as implicações da ausência da modalidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em dezembro de 2018. Os autores examinam as lacunas deixadas pela falta de inclusão da EJA nesses documentos, diretrizes para o currículo da Educação Básica Nacional. Para isso é realizada uma revisão breve de artigos, livros, leis, decretos e outros documentos que abordam a história e a legislação relacionadas à BNCC e à EJA. Os autores relatam que a BNCC não contempla a Educação de Jovens e Adultos, apesar de esta ser uma modalidade de ensino que requer um currículo específico para atender às necessidades e particularidades de seu público. O texto é concluído destacando que a responsabilidade pela construção do currículo da EJA recai sobre os sistemas educacionais municipais e estaduais, sem um documento orientador específico para guiar esse processo.

O artigo "Políticas de educação de jovens e adultos: perspectivas e controvérsias" de Sousa *et. al.* (2021) oferece uma análise abrangente das políticas educacionais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Ao explorar a relação entre a legislação educacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as reformas educacionais, o artigo destaca as lacunas existentes na inclusão da EJA nesses documentos, ressaltando a necessidade de um currículo específico para atender às particularidades desse público. Além disso, o trabalho enfatiza a importância de considerar as vivências dos alunos e alunas da EJA, visando contribuir para a diminuição da invisibilidade desse grupo e promover a equidade educacional.

Em 2022, foi elaborado um dossiê intitulado “*Em Busca de Saídas para a Crise das Políticas Públicas de EJA*”, coordenado pelo CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária) em parceria com a Ação Educativa e o Instituto Paulo Freire, a pedido do Movimento pela Base. O trabalho faz uma análise do atendimento oferecido para o público de EJA, com um histórico da modalidade de ensino desde 1940 até os dias atuais, além de trazer recomendações para estimular e auxiliar debates com pessoas e órgãos interessados em discutir políticas públicas. Teve como objetivo discutir a ausência de políticas de EJA no Brasil e sugerir recomendações para o Programa Nacional do Livro Didático.

É importante ressaltar que trabalhos voltados para o estudo de políticas educacionais da educação de jovens e adultos são essenciais para a compreensão dos desafios, oportunidades e necessidades que permeiam essa modalidade de ensino. Esses estudos permitem identificar as

demandas específicas e as necessidades dos alunos que frequentam a EJA, no que concerne ao acesso, à permanência, à qualidade de ensino, à formação de professores e à adequação do currículo, além de auxiliar na análise crítica das políticas educacionais existentes, voltadas para a modalidade, identificando pontos fortes e áreas em que melhorias precisam ser realizadas. Inclui, por conseguinte, proporcionar subsídios para a tomada de decisões de políticos, gestores educacionais e outros atores envolvidos na área da EJA, por meio de evidências empíricas e análises fundamentadas. Outro ponto em destaque é orientar na elaboração de novas políticas e diretrizes que tenham por objetivo promover o acesso equitativo, a qualidade do ensino e a inclusão social dos alunos adultos, tornando-se crível incentivar o diálogo e a participação ativa de todos os envolvidos e interessados, assegurando uma abordagem democrática e participativa no processo de formulação e implementação das políticas educacionais.

Considerações finais

Através do levantamento bibliográfico, foram identificados vários estudos que abordam a trajetória histórica da educação de jovens e adultos, especialmente as políticas educacionais direcionadas a essa modalidade, desde a chegada dos jesuítas até os dias atuais. Os avanços ao longo dos anos se tornaram evidentes e são considerados significativos, pois promoveram a inclusão, bem como oportunidades de aprendizagem para o público diversificado que compõe a EJA.

Nesse contexto, observou-se que tais políticas acompanharam os interesses das classes sociais dominantes, com o intuito de alfabetizar a população para fins específicos, como a imposição de uma doutrina religiosa, o aumento do número de eleitores, e até mesmo a composição de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

Alguns dos trabalhos pesquisados indicaram os impactos, os avanços e os desafios da implementação dessas políticas, destacando que o objetivo principal da EJA é proporcionar o acesso à educação às pessoas adultas que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na idade convencional. Porém, mesmo com as implementações realizadas e com a composição de programas voltadas para a EJA, como o PROEJA e o ENCCEJA, entre outros, ainda é registrado um alto índice de analfabetismo e de evasão escolar no Brasil.

Não foi possível limitar esta pesquisa somente ao plano das políticas educacionais, tendo em vista que os desafios apresentados em sua implementação foram mais visíveis que os avanços. É imperativo que essas políticas sejam formuladas de maneira a contemplar as necessidades específicas desse público, garantindo a equidade e a inclusão em todos os níveis educacionais.

Os alunos da EJA apresentam grande diversidade de experiências e trajetórias de vida, o que requer abordagens pedagógicas flexíveis e inclusivas. Nessa linha de raciocínio, é essencial que o currículo da EJA seja sensível às necessidades e interesses dos alunos adultos, proporcionando uma educação significativa e relevante tanto para sua vida pessoal quanto profissional. Os impactos positivos refletem na transformação de vidas, ao propiciar o acesso à educação e contribuir para a redução das desigualdades sociais. No entanto, os desafios persistem, como a necessidade de recursos adequados, adaptações curriculares e estratégias eficazes para engajar os estudantes que frequentam a EJA.

A Base Nacional Comum Curricular é um documento importante que orienta a elaboração dos currículos em todo o país. No entanto, a falta de inclusão da EJA nesse documento representa um desafio expressivo. É fundamental que futuras revisões da BNCC considerem as especificidades da EJA e incorporem diretrizes que garantam a adequação e a qualidade do ensino oferecido a esse público.

O ensino a distância e o ensino técnico são modalidades que possuem o potencial de aumentar a acessibilidade à educação para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), proporcionando flexibilidade e oportunidades de formação profissional. Dessa forma, é fundamental assegurar que essas modalidades sejam acessíveis, inclusivas e de qualidade, além de garantir que os professores estejam adequadamente capacitados para atender às demandas dos alunos da EJA nessas modalidades.

A EJA é um campo de grande relevância social e educacional e demanda o engajamento e o comprometimento não só de instituições políticas, mas também educacionais, além dos professores, alunos e da comunidade escolar e externa à escola. Somente por meio de políticas educacionais eficazes, currículos sensíveis e modalidades de ensino acessíveis e inclusivas, podemos garantir que a EJA cumpra seu papel de promover a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento pleno do aluno em meio à sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU de, A. C. S.; ALCOFORADO, J. L. L. M. O currículo na Educação de Jovens e Adultos: um estado do conhecimento nos periódicos da Educação. **Retratos da Escola**, v. 15, n.32, p. 465–482, 2021. DOI: 10.22420/rde.v15i32.1243. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1243>. Acesso em: 14 dez. 2023.

BRASIL. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em 10 dez. de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 15 dez. 2023.

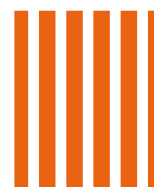
BRASIL. **Parecer CNE/CEB n. 11/2000**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Brasília: CNE: MEC, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf Acesso em 16 de dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 2.270, de 14 de agosto de 2002**. In: Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Livro introdutório: documento básico: ensino fundamental e médio. Brasília, 2002. p. 193-194. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legistacao/2002/portaria2270.pdf. Acesso em 17 dez. 2023.

BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em 12 out. 2023.

CARVALHO, K. R. S. A.; CARVALHO JÚNIOR, C. F. de; SANTOS, J. S.; SOUSA, G. R. Trajetória, avanços e perspectivas da EJA face à BNCC. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 51–64, 2020. DOI: 10.36311/2236-5192. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/10008>. Acesso em: 05 dez. 2023.

FRIEDRICH, Marcia; BENITE, Anna Maria Canavarro; PEREIRE, Viviane Soares. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a



propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, 2010. Disponível em:

<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/496>. Acesso em: 07 nov. 2023.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª ed. São Paulo, Atlas, 2017.

MOVIMENTO PELA BASE. **Em Busca de Saídas para a Crise das Políticas Públicas de EJA**. 2022. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

SILVA, J.; GOMES, G. C. Educação de jovens e adultos e ferramentas tecnológicas: um diálogo sobre o contexto da inclusão digital. **Cadernos Cajuína**, v. 4, n. 1 (2019). Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/258> Acesso em 07 nov. 2023.

SOARES, L.J.G. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 12 *apud* VASQUES, Cristiane Cordeiro; ANJOS, Maylta Brandão dos; SOUZA, Vera Lucia Gomes de. Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 16, 13 de agosto de 2019. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/16/politicas-publicas-para-a-educacao-de-jovens-e-adultos-eja-a-escola-como-local-de-excelencia-para-a-realizacao-dos-processos-de-ensino-e-aprendizagem> . Acesso em: 10 out. 2023.

SOUZA, Lisandra Maria Malaquias de *et al.* Políticas de educação de jovens e adultos: perspectivas e controvérsias. **Anais do VIII ENALIC**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/84952>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SOUZA FILHO, Alcides Alves de; CASSOL, Atenuza Pires; AMORIM, Antônio. Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 112, p. 718–737, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902293>. Acesso em: 15 dez. 2023.

VASQUES, Cristiane Cordeiro; ANJOS, Maylta Brandão dos; SOUZA, Vera Lucia Gomes de. Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 16, 13 de agosto de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/16/politicas-publicas-para-a-educacao-de-jovens-e-adultos-eja-a-escola-como-local-de-excelencia-para-a-realizacao-dos-processos-de-ensino-e-aprendizagem> . Acesso em: 10 out. 2023.